

SEMANA  
DE AÇÃO GLOBAL  
PELA EDUCAÇÃO 2014  
4 A 10  
DE MAIO

deficiência e educação



PROJETO EM PARCERIA CNOD (Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes)/ FENPROF

CO-FINANCIADO PELO INR (Instituto Nacional para a Reabilitação)

# FICHA TÉCNICA

## **redação**

Ana Simões  
José Reis  
Luís Lobo  
Mário Nogueira

## **paginação e grafismo**

Rita Madeira

## **colaboradores**

Ana Sezudo  
Carlos Jorge Sousa  
Fernando Vicente  
Joaquim Colôa  
Monica Ramôa  
Rosário Cabral  
Vera Felício

## **fotografias**

Jorge Caria  
Paulo Machado

## **nº de impressões**

1000



deficiência  
e educação

# MÁRIO NOGUEIRA

## SECRETÁRIO-GERAL DA FENPROF

### TANTO AINDA POR FAZER...

Falar de inclusão em Portugal, seja na escola ou na sociedade, é pouco mais que conversa fiada. Alguém afirmava, num dos debates realizados, que para vermos o que é inclusão basta que visitemos uma escola e assistamos ao trabalho que nela se desenvolve. Não é verdade. A angústia e até alguma revolta que não conseguem disfarçar pais e mães de crianças e jovens com deficiência ou com qualquer outra diferença em relação ao que se estabeleceu como norma confirmam o que se afirma.

A inclusão serve para tudo, na verdade. Para uns seminários, uns encontros e umas ações de formação; para “ganhar umas coroas” a organizar uns eventos que caem bem na comunidade educativa e mesmo na sociedade; para fazer figura, revelando nobres preocupações educativas e sociais; serve até para os governantes encherem a boca sempre que anunciam medidas que empurram a escola para zonas de maior discriminação. Não serve é para o que deveria: tratar de forma diferente o que é diferente procurando atingir objetivo semelhante, sendo que esse, o sucesso educativo e social de cada um, não se manifesta de forma igual para todos. Acontece que promover esse ambiente pró-inclusão na escola sai caro, exige recursos e até obriga a “misturas”...

Pensa mal quem acha que a inclusão é apenas para quem corre maior risco de ser excluído. Aliás, justificaria um grande debate essa afirmação de “risco de exclusão”, estando longe de se esgotar nas situações que decorrem de limitações físicas ou intelectuais. Sendo para todos, a inclusão tem de se dirigir a esses todos, sendo a oportunidade de cada um (con)viver com as diferenças dos outros e, junto deles, assumir as suas. Tudo isto sob o olhar atento de quem deverá saber diferenciar e, sempre que necessário, ajudar de forma adequada, para o que não basta ter jeito.

Ouvindo pais, jovens, professores (uns especializados e outros não), psicólogos, assistentes sociais, terapeutas, tudo isto sem esquecer o discurso governativo, mais preocupados ficamos por percebermos quão longe está essa falada e desejada (por alguns) inclusão. Há quem ache utopia. Crato acha, o que não surpreende vindo de quem vem. Há quem a ache um direito de cidadania e, como tal, tratada a esse nível, uma questão política. É isso tudo, assumindo-se como uma causa por que vale a pena lutar.

Sem outro objetivo que não fosse falar disto tudo e despertar consciências, aderimos, pelo segundo ano consecutivo, a iniciativas que têm a inclusão como tema central. Não ficámos nem mais tranquilos, nem menos preocupados. Pelo contrário, confirmámos que há quem muito bem fale do assunto e muitos mais os que estão a leste deste paraíso. Sem dúvida que a grande maioria está sensibilizada e gosta de ouvir falar da questão, a ponto de se emocionar, mas não fica a certeza desses todos se assumirem guerreiros deste exército. E não raras vezes o discurso da falta de condições acaba por ser um cómodo encosto para deixar correr. Vamos ver o que acontece no futuro, ficando uma certeza: todas estas dúvidas, preocupações e dificuldades exigem que não desistamos e sejamos capazes de envolver cada vez mais gente na caminhada.

## JOSÉ REIS

### PRESIDENTE DA CNOD

Considerando que, no âmbito da Semana Mundial de Acção Global pela Educação, em 2014, foi atribuído o tema “Deficiência e Educação”, a CNOD e a FENPROF, em parceria, realizaram um projecto com o apoio do INR, I.P., designado “Educação Inclusiva” que visava e que foi, a nosso ver, conseguido, reforçar a capacidade dos técnicos, dos docentes, bem como reforçar a sensibilização de toda a sociedade, dos responsáveis políticos e da comunidade educativa para a importância de possibilitar o acesso a uma educação de qualidade, gratuita e universal numa perspectiva de inclusão, a todas as crianças, jovens e adultos com necessidades especiais, conforme é exigido no artigo 24º da Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência, subscrita pelo Estado Português.

O projecto constou entre outras iniciativas, de contactos com a população, debate com os Grupos Parlamentares, de um Encontro Nacional e de Acções de Formação dirigidas a professores e educadores, consideramos ter sido mais uma iniciativa com bastante importância para a continuação do objectivo de uma escola verdadeiramente inclusiva.



# 5 DE MAIO

## Distribuição de um texto à população em todas as capitais de distrito do continente e nas regiões autónomas

Em 2014, a SEMANA DE AÇÃO GLOBAL PELA EDUCAÇÃO, promovida anualmente pela Campanha Mundial pela Educação, teve como tema “Deficiência e Educação”. Em Portugal, FENPROF e CNOD iniciaram a sua participação nesta semana com uma iniciativa, à escala nacional, de contacto com a população. Pretendeu-se informar a sociedade portuguesa da importância da educação inclusiva e, simultaneamente, alertar para o facto de o governo, com as suas políticas, estar a pôr em causa a capacidade de a escola ser verdadeiramente inclusiva.

O principal objetivo da participação de FENPROF e CNOD nesta Semana de Ação Global pela Educação foi o de, em torno da Educação Inclusiva, envolver e sensibilizar toda a comunidade educativa e sociedade em geral para a temática da Deficiência e Educação que se encontrará em debate à escala mundial. Contudo, e porque a inclusão não se resume à problemática da deficiência, quiseram as organizações fazer uma abordagem mais lata do tema neste contacto com a população.

Assim, FENPROF e CNOD, na sequência de ações que têm vindo a desenvolver em defesa da Educação Inclusiva em Portugal, participaram na referida semana – entre 4 e 10 de maio – iniciando-a no dia 5 de maio com uma ação de rua, que decorreu na Baixa de Lisboa, desde as 11 horas. As barreiras linguísticas não impossibilitaram que muitos turistas manifestassem o seu interesse pela temática desta Semana de Ação.

Entre outros dirigentes das organizações parceiras, estiveram presentes Mário Nogueira (Secretário-geral da FENPROF), José Reis (Presidente da CNOD), Ana Simões (Coordenadora Nacional do setor da Educação Especial, da FENPROF), António Avelãs (Presidente do SPGL) e Anabela Sotaia (Coordenadora Adjunta do SPRC).

Foram distribuídos numerosos exemplares dum documento informativo. Mário Nogueira e José Reis prestaram declarações à comunicação social.

Para além de Lisboa, esta ação decorreu em outros locais, ao longo do dia:

Lisboa



Castelo Branco



Coimbra



Évora



Faro



Portalegre



Porto



# DEFICIÊNCIA E EDUCAÇÃO

## Texto do folheto distribuído à população

**TODOS TÊM OS MESMOS DIREITOS, INDEPENDENTEMENTE DAS SUAS DIFERENÇAS. LEIA ESTE FOLHETO E DEFENDA A INCLUSÃO.**

Em todo o mundo, assinala-se entre 4 e 10 de maio a Semana de Ação Global pela Educação 2014. A FENPROF está envolvida nesta grande iniciativa à escala mundial que, este ano, se desenvolve em torno do tema da Educação Inclusiva. Em Portugal preveem-se três iniciativas neste âmbito: o contacto, hoje (5 de maio), com a população; no próximo dia 7 um debate sobre o tema para o qual foram convidados todos os grupos parlamentares; no dia 10 um Encontro Nacional sobre Educação Inclusiva que se realizará no Fórum Cultural do Seixal.

### O que é Educação Inclusiva?

É a forma de educar todas as crianças e jovens em conjunto, nas mesmas escolas, sem as separar, independentemente das diferenças que apresentem.

### É importante uma Educação Inclusiva?

Sim, é. Se todos têm direito a viver juntos, a usufruírem dos mesmos direitos e a abordar as oportunidades de vida em plano de igualdade, então é preciso que essa inclusão se inicie na escola. Se a escola não for inclusiva, dificilmente a sociedade o será, porque é a escola que educa os homens e mulheres que poderão transformar a sociedade.

### Para quem é importante a Educação Inclusiva?

É importante para todos. A educação inclusiva é um contributo fundamental para que todos e todas aprendam a viver juntos e a respeitarem-se, independentemente das suas diferenças. A democracia é por si só inclusiva, pelo que também ela se reforça com a inclusão. Em suma, sejam ou não portadores de deficiência, tenham ou não dificuldades de aprendizagem originadas pelas mais diversas causas, todos ficam a ganhar com a Educação Inclusiva, pois a escola é também espaço de formação de cidadãos.

### Em Portugal as escolas são inclusivas?

Teoricamente sim, porque a segregação não é legalmente permitida e o Estado português assumiu diversos compromissos internacionais que o obrigam a respeitar e promover a inclusão na escola e na sociedade. Porém, por razões diversas, a escola portuguesa está longe de ser inclusiva.

### O que falta para que as escolas portuguesas sejam inclusivas?

Melhores condições de trabalho para professores e alunos, bem como apoios que são fundamentais para que as diferenças que crianças e jovens apresentam possam ser anuladas ou, no mínimo, esbatidas. Por exemplo, as turmas não deveriam ter tantos alunos, os alunos com necessidades educativas especiais, independentemente da sua origem ou natureza, deveriam ter os apoios adequados que poderão ser de diversos tipos: humanos (professores de educação especial, terapeutas, psicólogos, assistentes operacionais), físicos (edifícios adaptados, incluindo as salas de aula), materiais (ajudas complementares, como cadeiras de rodas, apontadores, computadores adaptados, entre outras) e financeiros (no âmbito de uma ação social escolar que deverá contemplar cada situação de acordo com a necessidade real)... também as famílias deverão ser apoiadas, quando necessário, através de mediadores ou assistentes sociais.

### As leis em Portugal são promotoras de uma educação inclusiva?

Não são e, desde 2008, têm-se afastado mais desse objetivo. Na verdade, o Decreto-lei que enquadra esta matéria (DL 3/2008, de 7 de janeiro), contrariando recomendações e convenções internacionais subscritas pelo Estado português, procura limitar o acesso à Educação Especial a alunos portadores de necessidades consideradas permanentes e que têm uma natureza clinicamente comprovada. Mas mesmo em relação a estes casos, tem vindo a ser aplicada legislação que impede alunos com necessidades educativas especiais de frequentarem a escola a par dos seus colegas, designadamente no ensino secundário. Tal deve-se ao facto de o governo não querer gastar dinheiro com a inclusão plena destes alunos, provavelmente por achar que se trata de um desperdício.

## Em relação aos alunos do ensino básico e às crianças em idade pré-escolar, o sistema educativo e as escolas têm os apoios necessários?

Não e cada vez há menos apoios. O governo diz que todos os alunos têm apoio, mas a verdade é que alguns que, há anos, tinham apoio diário de um professor especializado, hoje apenas têm meia hora de apoio semanal, o que é quase nada. Também em relação a terapias que são fundamentais aos alunos, as escolas, por norma, não as têm e o governo deixou de pagar a mais de 3.000 famílias o subsídio de educação especial, que é fundamental para poderem proporcionar aos seus filhos esses apoios que a escola deveria ter, mas não tem.

## O governo também cortou na Educação Especial?

Cortou e muito e, por essa razão, houve crianças e jovens que, este ano, começaram as aulas muito mais tarde do que os seus colegas. A não colocação, pelo MEC, de professores com especialização adequada nas escolas impediu que esses alunos as pudessem frequentar, alguns durante meses, como era seu direito.

## O que é preciso fazer?

Denunciar esta situação reprovável e a FENPROF, em conjunto com organizações representativas de pessoas com deficiência (CNOD e APD), tem-no feito até junto de instâncias internacionais. É também necessário alterar a legislação que vigora para que respeite os princípios da escola e da educação inclusiva. Alterar a legislação também é opinião do governo, embora se tema que tal seja em sentido contrário ao necessário tornando a escola ainda mais segregadora. O investimento na Educação e, em especial, na Escola Pública é essencial para que esta seja verdadeiramente inclusiva, o que significa democrática, de qualidade e para todos.

Com o intuito de o/a sensibilizar para este tema, decidimos elaborar este folheto e entregar-lho para que o leia. Nele optámos por responder a muitas das perguntas que, sobre o tema da Inclusão, normalmente nos são feitas. Pode, contudo, se assim o entender, enviar-nos outras questões a que responderemos para o endereço eletrónico: [fenprof@fenprof.pt](mailto:fenprof@fenprof.pt). Poderá ainda obter mais informação sobre esta problemática em [www.fenprof.pt](http://www.fenprof.pt), [www.cnod.org.pt](http://www.cnod.org.pt) e [www.apd.org.pt](http://www.apd.org.pt).  
**NÃO HESITE, DEFENDA UMA ESCOLA INCLUSIVA. DEFENDA O FUTURO COM TODOS.**

# 7 DE MAIO

## Debate sobre Educação Inclusiva com a participação dos grupos parlamentares

Ninguém esquece a afirmação do atual vice primeiro-ministro: “Escola Inclusiva é a escola do facilitismo!”

Paulo Portas

“Nós afirmamos que a escola inclusiva é a escola de maior exigência”

MN

Depois da sensibilização da população em numerosas localidades do país e antes do grande encontro de sábado, 10 de maio, no Seixal, foi tempo de ouvir os representantes do povo na casa-mãe da democracia, lamentando-se que os grupos parlamentares do PSD e do CDS tenham declinado o convite.

Também presentes na Mesa, presidida por Victor Gomes, o Secretário Geral da FENPROF, Mário Nogueira, que encerrou os trabalhos; Ana Simões, membro do Secretariado Nacional da Federação, responsável pelo Departamento de Educação Especial; e José Reis, Presidente da CNOD.

Ana Simões sintetizou os objetivos da Semana de Ação Global pela Educação e destacou a importância das ações de sensibilização junto da opinião pública, o encontro de 10 de maio no Seixal e as 20 ações de formação previstas em todo o país (iniciativa dos Sindicatos da FENPROF).

## Queixa às organizações internacionais

A dirigente sindical lembrou ainda a recente queixa pelo contínuo desrespeito do governo português pelos alunos com necessidades educativas e de apoio especiais, pelas famílias e pelos docentes que trabalham com estes alunos. Recorde-se que FENPROF, CNOD e APD enviaram uma queixa a diversas instâncias internacionais (OIT, UNESCO, IE, FED e Comissão Europeia) e nacionais contra o governo português e o Ministério da Educação e Ciência em particular, por porem em causa a educação inclusiva e os direitos



de milhares de crianças e jovens com necessidades educativas especiais.

Ana Simões deixou um primeiro desafio aos deputados presentes: que avaliação das políticas educativas em matéria de inclusão?

Jacinto Serrão (PS) referiu, em primeiro lugar, que os temas da educação e do ensino especial, pela sua importância, devem ser acompanhados, tendo sempre em conta a necessidade de melhorar e de responder com mais qualidade aos desafios que surgem no dia a dia. Deixou desde logo uma saudação à FENPROF pela “forma incansável” como tem desenvolvido a sua atividade em prol desse objetivo.

### **“A Educação é um direito de cidadania”**

“A crise não justifica tudo...”, afirmou o deputado do PS, alertando para os objetivos da agenda ideológica da direita, nomeadamente na área da educação. “Os cortes cegos têm implicações negativas a curto, médio e longo prazo”, referiu.

“O pacote de medidas” preparado pelo governo aponta para “o desmantelamento do estado social, que querem reduzir ao mínimo”, alertou Jacinto Serrão.

“A Educação é um direito de cidadania”, realçou o parlamentar socialista na primeira ronda de intervenções dos deputados presentes neste debate que teve transmissão em direto aqui na página da FENPROF.

Jacinto Serrão afirmou que o Decreto-Lei 3/2008, da autoria dum governo do seu partido, “não veio com intencionalidade negativa”, mas reconheceu que tem falhas graves e que, na sua opinião, deve ser alterado em vários aspetos. Já os outros dois deputados presentes Rita Rato (PCP) e Luís Fazenda (BE) manifestaram a necessidade de revogar aquele decreto, renovando, aperfeiçoando e adaptando a legislação à realidade nacional.

Depois de sublinhar “o papel insubstituível da FENPROF na defesa da escola pública”, Rita Rato acusou o governo de “discriminação de milhares de crianças e jovens com necessidades educativas especiais”.

A deputada do PCP falou dos violentos cortes à escola pública (“o MEC não garante os meios humanos e materiais para a inclusão”) e afirmou que o Grupo Parlamentar do PCP tem denunciado situações concretas, de norte a sul do país, relacionadas, entre outros aspetos, com a falta de professores e técnicos nas escolas e o excessivo número de alunos por turma.

### **“Nem o 3/2008 está a ser cumprido...”**

Calcula-se que mais de 10.000 alunos com necessidades educativas especiais (NEE) ficaram, nos últimos 6 anos, sem os apoios que lhes deveriam ter sido proporcionados, tendo em conta as suas dificuldades de aprendizagem. É este o resultado mais visível deste período de vigência do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro. Ao longo do debate, surgiram em várias intervenções críticas frontais àquele decreto. As palavras de Rita Rato foram nesse sentido, mas, ao caracterizar a gravidade da situação que se vive hoje no país, a deputada comunista foi mais longe: “Nem o 3/2008 está a ser cumprido...”

“A bancada do PCP tem apresentado alternativas ao 3/2008”, afirmou Rita Rato. É preciso que se cumpra a Lei de Bases e a Constituição da República”, observou. “Não é crime exigir investimento público”, destacou noutra passagem da sua primeira intervenção neste debate, que foi acompanhado por um intérprete de língua gestual Portuguesa.

Para Luis Fazenda “a inclusão é uma marca profunda da escola pública democrática”. “O que aqui estamos a debater é um problema de todos”, realçou o deputado do Bloco de Esquerda.

### **“Temos que estar vigilantes na Assembleia da República”**

Foi criado um grupo de trabalho pelo governo, integrando elementos do MEC e da Segurança Social, para propor medidas que levem à alteração da atual legislação que regula a Educação Especial, o DL 3/2008. O grupo de trabalho cessou as suas funções em 15 de abril, p.p., devendo ter apresentado ao MEC o relatório que elaborou. Este relatório mantém-se em completo segredo, o que não augura nada de bom, como alertaram vários intervenientes neste debate. O deputado Luis Fazenda foi uma dessas vozes, observando a propósito:

“Algo não correu bem dentro desse grupo de trabalho. Preocupa-nos a possível alteração para diminuir os apoios especializados e reduzir o universo das crianças e jovens com apoio. Temos que estar vigilantes na Assembleia da República e suscitar o debate”.

“O governo devia ouvir as organizações de deficientes, os professores e as famílias”, salientou a representante da ACAPO, Graça Gerardo, neste debate. Acusou o executivo de Coelho e Portas de promoverem uma “política de tapa buracos” em relação à deficiência e lembrou a importância do apoio precoce no ensino do braille e das técnicas de orientação e mobilidade. Chamou também a atenção do auditório e dos deputados para a situação de crianças de 6



# 10 DE MAIO

## Encontro Nacional sobre Educação Inclusiva, no Fórum Cultural do Seixal

### A inclusão é possível, lutemos por ela!

Cerca de 400 participantes reuniram-se no passado dia 10 de maio (sábado), no Seixal, em encontro nacional sobre a educação inclusiva, realizado no âmbito da Semana de Ação Global pela Educação 2014, numa parceria CNOD/FENPROF.

Na sessão de abertura (moderação de Ana Paula Simas) as comunicações apresentadas pelos convidados foram de excelente qualidade, bem como as intervenções feitas pelos participantes. O Presidente da Câmara Municipal do Seixal dirigiu uma saudação aos participantes.

A uma só voz, ouviram-se acusações ao governo de estar a retroceder nas construções democráticas já realizadas. Foram contadas experiências, apresentados projetos e ficaram propostas, mas, sobretudo, ficou a disponibilidade para continuar

esta luta em defesa de uma educação inclusiva, pilar fundamental da escola democrática.

A iniciativa foi enriquecida com as intervenções de docentes, sociólogos, encarregados de educação, dirigentes associativos, sindicalistas, investigadores, psicólogos, técnicos e outros especialistas.

O Encontro decorreu no Fórum Cultural do Seixal e incluiu dois painéis temáticos: a Inclusão na Escola (moderação de Vitor Gomes) e Olhares da Comunidade (moderação de Lurdes Santos).

A sessão de encerramento, apresentada por Ana Simões, registou as intervenções de José Madeira Serôdio (INR) e de Mário Nogueira (FENPROF).

## COMUNICAÇÕES DO ENCONTRO

### SESSÃO DE ABERTURA

**Joaquim Santos**, Presidente da CM do Seixal  
**Ana Simões**, Dep. de Educ. Especial da FENPROF  
**José Reis**, CNOD

### SESSÃO DA MANHÃ INCLUSÃO NA ESCOLA

**Vera Felício**, psicóloga  
**Mónica Ramôa**, docente  
**Joaquim Colôa**, docente  
**Sandra Benfica**, encarregada de educação  
**João Marques**, aluno do ensino secundário

### SESSÃO DA TARDE OLHARES DA COMUNIDADE

**Carlos Lopes**, campeão paralímpico  
**Ana Sezudo**, APD  
**Helena Rolin**, encarregada de educação  
**Helena João**, docente  
**Intervenção de Carlos Jorge Sousa**, sociólogo e investigador

### SESSÃO DE ENCERRAMENTO

**José Madeira Serôdio**, INR  
**Mário Nogueira**, FENPROF

## INTERVENÇÃO DE VERA FÉLICIO



### A Inclusão na Escola: Testemunho de uma psicóloga escolar

Quando em 1994 Portugal assinou a Declaração de Salamanca todos nós, agentes educativos de espírito otimista, nos regozijamos. A declaração continha, contém, recomendações importantes para a promoção da inclusão considerando necessidades educativas especiais, e passo a citar:

“ a expressão “necessidades educativas especiais” refere-se a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam com deficiências ou dificuldades escolares.” (...) Neste conceito, terão de incluir-se crianças com deficiência ou sobredotados, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nómadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais”.

Passados 20 anos e após sucessivos governos com políticas mais ou menos desastrosas ao nível da educação, com a substituição do Decreto Lei 319/91 pelo Decreto Lei 3/2008, as necessidades educativas especiais reduzem-se a “limitações significativas ao nível da atividade e da participação, num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social”.

Comparando as 2 definições percebemos claramente o retrocesso no caminho da inclusão, a perspectiva reducionista da definição atual, com fins meramente economicistas em que o objetivo principal foi e continua a ser reduzir o orçamento. Excluem-se assim muitos alunos que, não conseguindo aceder ao currículo normal e não sendo elegíveis para a Educação Especial, ficam sem resposta educativa adequada às suas características. Apesar de existirem várias medi-

das no sistema e na lei que contemplam as necessidades destes alunos, na prática estas não funcionam. Existem cada vez menos recursos humanos, as turmas são cada vez maiores...

Mas, apesar das adversidades e contra ventos e marés, muitos de nós trabalhamos em prole de uma educação inclusiva, fazendo omeletes sem ovos, ou com muito poucos, num esforço contínuo de proporcionar aos nossos alunos um projeto de vida exequível, batalhando para que a escola cumpra o seu papel de redutora de desigualdades sociais e promotora de sucesso.

Em relação às atividades concretas realizadas por um psicólogo, diria que praticamente todas as atribuições de um Serviço de Psicologia têm como grande objetivo a inclusão. Muitas vezes ainda persiste a ideia do psicólogo bombeiro que está na escola para apagar este ou aquele fogo pontual, o psicólogo que rotula, diagnostica e dá receitas. Ora, este tipo de intervenção, muito baseada no modelo médico, e não obstante a importância por exemplo do diagnóstico, está em desuso e, a grande maioria dos psicólogos escolares atua numa outra perspetiva, uma perspetiva mais desenvolvimentista, mais assente na prevenção, diria mais inclusiva. E é na prevenção que cada vez mais devemos apostar, trabalhando em equipa, numa ação concertada entre os vários agentes educativos, nomeadamente com os professores.

Termino dizendo que apesar das adversidades, das perspetivas economicistas das políticas neoliberais, apesar de ano após ano nos darem cada vez menos ovos para fazer as omeletes, nós continuamos a fazê-las - e aqui, talvez por ser alentejana e ter aprendido a fazer açordas saborosas cheias de aromas, inventadas pelos meus avós, como forma de fintar a monotonia da (e a) escassez, no tempo em que alguém decidiu que o Alentejo havia de ser o celeiro de Portugal - talvez por isso, por essa herança, dizia eu, continuaremos a fazer as omeletes com os aromas da solidariedade, da utopia, da esperança, construindo e sedimentando uma escola que devia ser de todos e para todos.



## INTERVENÇÃO DE MÔNICA RAMÔA



Sou professora do chamado ensino regular. Quando me lançaram o repto de aqui vir falar nessa qualidade e sobre escola inclusiva, ... paralisei! Pois falar de escola inclusiva, na qualidade de professora do ensino regular é, no fundo, falar da construção da sociedade inclusiva, é falar de inclusões, de todas as inclusões. E isso, é um desafio e uma responsabilidade imensa, hercúlea mesmo, ... que, francamente, não sei se estarei à altura de o fazer. E, por esse facto, peço, desde já, desculpa.

A construção de uma escola inclusiva é quase inerente à definição e evolução da própria vida.

Como todos sabemos, a célula é a unidade básica da vida. As células simples iniciais (dos primórdios da vida, há cerca de 4 000 milhões de anos), para evoluírem, tiveram que incluir outras células igualmente simples, para depois, fruto de uma relação de simbiose (benéfica, portanto), poderem adquirir a complexificação que, atualmente, observamos. Esta é, de uma forma breve e muito simplificada, a teoria endossimbiótica que explica a formação das células que nos constituem (células eucarióticas).

Isto, significa que, em última análise, somos resultado de processos inclusivos, somos feitos de inclusão. A inclusão é a base da nossa vida.

Ora, se a inclusão constitui a base da nossa vida, qual a pertinência de se organizarem encontros como este sobre escola inclusiva? Não será a escola inclusiva já um dado adquirido? Para quê falar dela? A resposta é simples e todos nós com certeza a sabemos. É por que a educação, a escola inclusiva aponta para a transformação da sociedade, para a construção da sociedade inclusiva. E esta transformação é um processo que potencia e conta com a participação de todos, isto é, democratiza o desenho das relações entre todos, na sociedade. E uma sociedade assim construída determina a consciência das pessoas. Fâ-las ser mais evoluídas, mais complexas... como a célula (eucariótica), ... mais difíceis de contentar, mais difíceis de... explorar.

Então qual é o papel do professor (do ensino regular) na construção de uma sociedade inclusiva?

O nosso papel passa, primeiro, por... decidir. Não me refiro a decidir que conteúdos curriculares ou instrumentos de avaliação vamos utilizar, mas sim, decidir qual o tipo de sociedade para a qual vamos trabalhar.

Mas inclusão relaciona-se diretamente com exclusão. E compreender a inclusão passa, obrigatoriamente, por compreender também as diversas exclusões em que vivemos. Passa por identificar e caracterizar os vários processos de exclusão.

Uma escola inclusiva, uma educação inclusiva é pilar fundamental do edifício da sociedade inclusiva. E, nesta escola inclusiva, não se pode fazer da inclusão/exclusão um presépio... assim uma espécie de "faz de conta".

Um mundo homogéneo é uma ficção e uma aberração. O lugar onde exista mais do que uma pessoa é, por definição, heterogéneo, já que é impossível sermos, expressarmos e sentirmos da mesma forma, isto apesar de sermos iguais. Esta igualdade parece ser ilusória... Mas não é ilusória quando diz respeito ao valor inerente dos seres humanos e à consequente igualdade de direitos.

O ensino inclusivo configura-se na diversidade inerente à espécie humana, buscando perceber e atender as necessidades educativas de todas as crianças, em salas de aulas comuns, num sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos (in "educação inclusiva" de Jhonnattas, 2014). Incluindo nós, professores.

Nesta lógica, o sistema educativo inclusivo, não deve ser restrito ou limitado por salas de aula repletas de alunos, sobrelotadas, nem por falta de recursos materiais e humanos.

Estas políticas educativas, de cariz neoliberal, estão a destruir as conquistas da escola inclusiva e da construção democrática do ensino inclusivo em Portugal. Neste momento, nas nossas escolas, nenhum de nós professores, poderá, em consciência, afirmar que as nossas crianças e jovens estão a ter direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares. No fundo, parece que todos ou, quase todos, alunos e professores, portugueses e cidadãos estrangeiros residentes em Portugal, cidadãos deficientes ou sem deficiência, estão a ser alvo de exclusão... de exclusões.

Inclusão significa destruir a exclusão, então é preciso acabar com a exclusão que a política de direita, neoliberal, está a fazer à escola inclusiva. Sejamos por isso, ... inclusivos!

## INTERVENÇÃO DE JOAQUIM COLÔA



### A INCLUSÃO NA ESCOLA

A afirmação da escola pública é a afirmação de que todos os cidadãos têm direito à educação, o direito declarativo de uma Educação Inclusiva (EI). Já a consequência deste direito é o da não discriminação seja por que razão ou condição for (UNESCO, 2005). O direito à educação e à igualdade de oportunidades é um direito que está consignado na Constituição Portuguesa bem como na Lei de Bases do Sistema Educativo.

Uma premissa que temos clara é a da que os princípios de EI não se referem somente à educação de alunos com condição de deficiência. No mesmo sentido, Smith (2006) sublinha que o conceito de EI deve entender-se como referindo-se a todos os "potenciais aprendentes" que, por qualquer razão, se encontram excluídos da escola em consequência de uma não significativa participação, tanto no que respeita à vida económica, como social, política e cultural.

No entendimento da UNESCO (2005), existem quatro elementos chave que, com frequência, são associados à conceitualização da EI:

(1) É um processo, porque tende a ser vista como uma procura contínua de respostas à diversidade e à promoção da convivência bem como do respeito pelas diferenças. Permite também tornar as diferenças como uma mais-valia e um estímulo para a promoção das aprendizagens dos alunos e dos próprios professores.

(2) É uma ação de identificação de barreiras e, consequentemente, envolve elencar, ordenar e avaliar a informação que provém de diversas fontes. Informação utilizada para planear a melhoria de políticas e de práticas do agrupamento de escolas e de cada uma das escolas.

(3) É a presença, participação e realização de todos

os alunos. Tem a ver com o atendimento e com a qualidade de experiências que os alunos vivenciam para, deste modo, incorporar os pontos de vista destes. Também tem a ver com os resultados das aprendizagens realizadas, no sentido de que não devem ser avaliadas somente com recurso a testes.

(4) É enfatizar, de forma particular, as respostas aos alunos em risco de exclusão e marginalização, para assegurar a sua participação e realização no sistema educativo.

Nesta relação constante entre diferentes, cada pessoa descobre as diversas possibilidades que incorporam e fortalecem o seu autoconhecimento e potenciam a capacidade crítica de autodeterminação, o sentido divergente na colaboração. Uma colaboração que se consubstancia em sistemas comunitários naturais de apoio que obriga a redefinir organizações e serviços para responder, eleger respostas para as necessidades de cada um de NÓS. É o reequacionamento, com base na crítica social e cultural, da qualidade de vida desse NÓS tanto numa perspetiva coletiva como individual/ plural.

A mudança só é possível na afirmação de valores que façam emergir uma linguagem comum tanto ao nível social como individual. Uma mudança crítica que, baseada nessa diferença consciente do NÓS, potencie a mudança das organizações. Mudança clara que seja motor social e reivindicativa de políticas claramente Inclusivas. Paraphrasing Simone de Beauvoir (1976), todos aqueles que apregoam a igualdade na diferença, não poderão, em qualquer caso, discordar que é possível existirem diferenças na igualdade.



## INTERVENÇÃO DE ANA SEZUDO



Começo por agradecer à FENPROF, em primeiro lugar, o convite para estar presente neste encontro e em segundo lugar agradecer a promoção deste encontro e deste debate. A educação é uma matéria a que a APD tem dedicado sempre muita atenção pela importância que todos aqui reconhecem e a FENPROF tem-se mostrado sempre um parceiro e um aliado não só para a discussão e debate mas também para a defesa das ideias e conceitos que a APD tem tentado defender para uma educação verdadeiramente inclusiva e para todos.

Existem ainda na nossa sociedade muitos preconceitos, diria até tabus e barreiras culturais que devem ser quebradas para que se possa aceitar as pessoas com deficiência como cidadãos de plenos direitos e com capacidades para contribuir para o seu desenvolvimento.

Nenhum de nós (pessoas com deficiência ou sem deficiência) nasce, cresce ou se desenvolve com capacidades e habilitações para tudo. Ao longo da nossa vida vamos aprendendo e desenvolvendo capacidades conforme a formação a que temos acesso e conforme as oportunidades que vão surgindo. Por isso é tão importante para a APD esta matéria. Porque até agora e em muitos casos infelizmente as oportunidades que são oferecidas em matérias de educação às crianças e jovens com deficiência, não são as mesmas que são dadas às crianças sem deficiência. Como tal continuamos a permitir que estes jovens não sejam devidamente capacitados para se tornarem adultos devidamente incluídos na nossa sociedade. Continuamos a assistir a crianças a serem direcionadas para as chamadas escolas de referência ou centros de recurso que mais não são do que formas de segregação. Segregação não só das crianças com deficiência, mas também para todas as outras crianças que continuam a crescer sem perceber que as diferenças existem e elas são importantíssimas para o desenvolvimento e formação de todos.

Se os nossos governos continuarem a insistir neste tipo de políticas vamos com certeza continuar a cair

nos mesmos erros, pois como dizia anteriormente não vamos atingir a tão esperada mudança de mentalidades. Os futuros arquitetos, engenheiros, médicos, professores, políticos, etc, no fundo os futuros Homens e Mulheres deste país não estão a crescer nem a aprender numa escola que é para todos e portanto também não estarão sensibilizados nem capacitados para ajudar a construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

Não podemos permitir que a educação fique à mercê de interesses economicistas como os que têm sido utilizados para reduzir docentes, educadores, técnicos e meios disponibilizados para a educação especial utilizando como desculpa a "errada sinalização" de alunos com necessidades educativas especiais. Só falta dizer que se a educação especial não funciona, a culpa é dos alunos!

A defesa de uma escola pública inclusiva e para todos é no fundo a defesa do futuro do nosso País.

## INTERVENÇÃO DE CARLOS JORGE SOUSA



A emergência de escolas com caráter inclusivo e intercultural é um dos desafios da educação contemporânea. Este paradigma educativo requer uma transformação profunda das nossas representações da sociedade, da forma como olhamos os outros e nos (inter/intra) relacionamos.

A educação inclusiva e intercultural baseia-se na valorização da diversidade como elemento enriquecedora do processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, facilitador do desenvolvimento humano. O que caracteriza os seres humanos é precisamente a sua diversidade: somos distintos uns dos outros. As diferenças não se constituem, por isso, como exceções. Assim sendo, a escola não pode esquecer e/ou ignorar que todos somos diferentes e insistir nas metodologias em que todos aprendem da mesma forma, nas mesmas condições, e ao mesmo ritmo. É imprescindível desenvolver novas formas de ensino que respondam à diversidade de características e necessidades que os alunos e alunas apresentam levando, assim, à prática os princípios de uma educação para todos e com todos.

O conceito de diversidade remete-nos para a necessidade de entender que todos temos necessidades educativas que são comuns, compartilhadas pela maioria (aprendizagens essenciais para o desenvolvimento pessoal e socialização que estão expressas no currículo regular). Temos, igualmente, necessidades próprias, individuais (referentes às diferentes capacidades, interesses, níveis, ritmos e estilos de aprendizagem), e, dentro destas, algumas podem ser especiais (referem-se a adaptações curriculares, adequação do contexto educativo e/ou organização da sala, serviços de apoio especial, etc.).

Na educação inclusiva e intercultural falar de diferentes categorias e tipologia de alunos, não faz sentido. O que faz sentido é falar de uma diversidade de alunos que apresentam uma série de necessidades educativas, muitas das quais compartilhadas, outras individuais e algumas especiais. Qualquer aluno ou

aluna pode de forma permanente e/ou temporal experimentar dificuldades de aprendizagem, independentemente da origem das mesmas, devendo o sistema educativo proporcionar as ajudas e os recursos de apoio necessários/especiais de forma a permitir a sua progressão e o seu sucesso educativo.

Foi um engano pensar que unicamente os alunos com um determinado tipo de “deficiência” ou “incapacitados” deveriam ter apoio da educação especial e que a melhor forma de apoiá-los era continuar a organizá-los por categorias diagnosticadas nas escolas especiais e/ou diferencia-los dentro da escola regular. Esta conceção assentava na ideia de que as dificuldades de aprendizagem decorrem exclusivamente das próprias limitações dos alunos e das alunas ignorando, em absoluto, o contexto em que estas emergem e por isso, se centravam na identificação do problema e na prescrição e terapia apropriada. Este enfoque clínico-reabilitador converte-se num “tudo ou nada” tendo, muitas vezes, contribuído para o desenvolvimento do insucesso escolar.

É necessário aumentar e não diminuir os recursos financeiros, como tem acontecido nos últimos anos, destinados à educação assim como melhorar a sua distribuição e gestão com critérios de eficiência, de eficácia, de transparência e de equidade. Uma escola para todos deve garantir a igualdade de oportunidades, a equidade e o respeito pela diversidade. O paradigma da educação inclusiva e intercultural assenta na eliminação das barreiras, sejam elas arquitetónicas, culturais e/ou imaginárias, e exalta a identidade, a pessoa e a (sua) cultura.

O sistema educativo é um dos contextos mais importantes para desenvolvimento e promoção dos valores da inclusão e da prática da interculturalidade. Emerge como elemento fundamental da formação humana, um meio que garante o desenvolvimento, o crescimento e a transformação/libertação de todas as potencialidades humanas.

O paradigma da educação inclusiva e intercultural assenta num processo dinâmico e permanente de relação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade mútua, simétrica e de igualdade; num intercâmbio que se constrói entre pessoas, conhecimentos, saberes e práticas culturalmente distintas, procurando desenvolver um novo sentido de convivência; num espaço de negociação e de tradução onde as desigualdades sociais, económicas, políticas e culturais, e as relações, os conflitos de poder da sociedade não são ocultados mas reconhecidos e confrontados; numa tarefa social e política que interpela o conjunto da sociedade, que parte das práticas e das ações sociais concretas, conscientes e solidárias; numa meta por alcançar/desenvolver.



## INTERVENÇÃO DE SANDRÁ BENFICA



“...os pais com filhos com NEE, muitos deles, têm uma sensação de se terem tornado amargos, difíceis, sempre em luta permanente, em conflito...”

...o inferno começou na altura que tivemos de procurar uma creche, o Tiago tinha vaga em todo o lado até dizermos que tinha T21...

...na altura do seu nascimento visitei muitas escolas, muitas instituições...muitos guetos...vi muita coisa que desejava não ter visto e por mim foi inquestionável que o meu filho jamais seria institucionalizado e que o meu filho iria para a escola, custasse o que custasse...e custou muito...

...conseguimos uma escola pública onde iniciou o seu processo de aprendizagens efetivas mas com muitas dificuldades...

...exigência de respostas por parte da escola para que a inclusão fosse também dirigida para a aquisição de competências e não apenas o estar por estar...

...nós queremos uma escola diferente: uma escola que lhes dê competências... porque a felicidade também é isso...

...é uma questão permanente, desgastante, cansativa...que nos faz andar às voltas, a escrever papéis para que a escola onde o nosso filho está incluído possa efetivamente dar resposta às suas necessidades...há ainda muito trabalho a ser feito...o preconceito é algo que ainda é um entrave muito grande...

...desde o seu nascimento que ouço dizer que tenho de mudar e moderar as minhas expectativas...mas porquê? Eu acho que temos é que aumentar as expectativas que temos em relação aos nossos filhos...

...nos 1ºs anos a escola estava a adaptar-se e os pais eram parte integrante dessa adaptação. Nos últimos 10 anos o que tenho sentido é que de facto temos regredido de uma forma acelerada, avassaladora... como mãe gostava de saber que competências teria hoje o meu filho se tivesse tido efetivamente uma integração plena nesta escola que nós queremos inclusiva...

...as instituições pedem aos pais que retirem aos filhos os poucos direitos que os seus filhos ainda têm...

...não se comemora o nascimento de um filho com deficiência, ninguém dá os parabéns, toda a gente dá uma palmadinha nas costas e diz ‘força, tem paciência’, usam-se exatamente as mesmas expressões que se usam num funeral...

...a inclusão dos pais neste processo é fundamental se os queremos ter como agentes reivindicativos de uma escola pública inclusiva...”

## INTERVENÇÃO DE JOÃO MARQUES



“Sou o João Marques, tenho 21 anos, frequento o ensino secundário. Para mim é bom estar no ensino secundário, tenho atividades, tenho horários e estou com os meus colegas. O que eu gostava que melhorasse era ter acesso a mais disciplinas, participar em mais disciplinas e aprender o necessário para arranjar um emprego...”

...a portaria 275-A impediu-me de estar nas salas de aulas com os meus colegas, os nossos horários e disciplinas não são compatíveis. Isso fez-me sentir muito desiludido. Participo com os meus colegas noutras atividades da turma, como visitas de estudo, exposições nas escolas, organização de eventos e voluntariado. Estou desiludido por estar afastado das salas de aula...”

## INTERVENÇÃO DE CARLOS LOPES



“...vou falar sobre o meu percurso escolar e de vida. Houve um ano em que os meus pais pediram aos professores para me colocarem junto da janela porque ainda conseguia escrever a tinta...mas colocaram-me num canto da sala, no sítio mais escuro. Foi uma experiencia muito traumática...”

...houve anos em que tive professores de educação especial, houve anos em que não tive, houve anos em que tive os manuais na altura da Páscoa e houve anos em que não tive livros. O meu percurso foi feito com a colaboração dos professores e colegas...

...na faculdade as coisas complicaram-se ainda mais, éramos nós, alunos com deficiência, que propúnhamos aos professores como é que íamos fazer os exames, tínhamos de encontrar soluções para os apontamentos, fazer os trabalhos...

...este é um percurso em que se notam evidentes lacunas ao nível dos recursos materiais, dos recursos humanos devidamente preparados e formados e dificuldade em centrar a atenção nas capacidades das pessoas...

...como preconceito a ideia de que a pessoa com deficiência é menos válida no seu todo...

...estas dificuldades não são dos anos 80, 90, são dificuldades de agora...

...há escolas que continuam com barreiras físicas, em que não facultam a mesma informação aos alunos, os livros continuam a chegar atrasados, não há professores de apoio ou não estão devidamente formados (ex. não sabem Braille). Isto continua a existir em 2014...

...temos de fazer uma análise realista das capacidades e dificuldades dos alunos com NEE...

...devemos ter a mesma exigência com os filhos/alunos com deficiência que temos com os outros...esta

é uma mensagem que começa em casa...temos de ser exigentes e apostar na qualidade ou estamos a comprometer o futuro destas pessoas...

...defendo o modelo de escola inclusiva sempre que ele não comprometa a qualidade de educação dos alunos porque, caso contrário, temos que conseguir criar escolas especializadas que não têm que ser unicamente para alunos com deficiência (as escolas de referência)... mas isto pode ser polémico...

...o que compromete a participação das pessoas com deficiência, nas escolas, no emprego, na sociedade em geral, é não conseguirmos uma análise realista das capacidades e dificuldades destas pessoas...”

## INTERVENÇÃO DE HELENA ROLIN



“...os professores têm um espírito, inato à sua profissão, de inclusão...”

...sou mãe de uma menina com T21 com 3 anos, a qual tem apoio da Intervenção Precoce...tive docentes da IP em minha casa, o que me pareceu ótimo...

...os pais não têm manual de instruções para os outros filhos quanto mais para estes...

...no 1º ano a docente de IP tinha formação de base em Educação Pré-Escolar e especialização em IP... mas havia muitas crianças sem qualquer apoio...

...percebi que há professores de 1ª linha (professores dos quadros), há professores de 2ª linha (professores contratados) e professores de 3ª linha (professores que estão na IP) que não têm grupo de recrutamento...

...o apoio da IP nunca começa de acordo com o calendário letivo...

...no 2º ano, para além de ser colocada tarde, era



uma docente de Economia sem qualquer formação para dar o apoio necessário à criança e à família...

...se não se fala de IP não se fala de uma verdadeira inclusão...

...nós devemos prevenir e não somente reabilitar e a área da IP é fundamental para a prevenção...

...para pensarmos em inclusão temos que pensar que as pessoas com deficiência não aparecem crescidas e é preciso apoiar as crianças, os pais e as famílias...

...os professores querem os alunos com deficiência na escola porque ajudaram os pais a dinamizar atividades para todos... não acredito na resposta CRI (Centros de Recursos para a Inclusão) porque têm uma mentalidade de reabilitar...

...as crianças são todas uma mais valia...vão ensinar mais aos outros...

...há aprendizagens fáceis e difíceis mas não há, certeza, impossíveis..."

## INTERVENÇÃO DE HELENA JOÃO



"...a família é a 1ª instituição em que a criança está inserida, a escola é a 2ª e as duas complementam-se. A família educa, a escola ensina..."

...a necessidade da Componente de Apoio à Família (CAF) surge porque há necessidade de ficar com os alunos, todos os alunos, antes e depois da componente letiva...

...o projeto "Férias para Todos" teve a participação de muitos professores das AEC...

...os professores não desistem e estão disponíveis para a mudança e para aprender...os professores e os pais têm de ser parceiros, sempre..."

## AÇÕES DE FORMAÇÃO

No âmbito da Semana de Ação Global pela Educação 2014 realizaram-se 20 ações de formação, um pouco por todo o país (Bragança, Braga, Guimarães, Porto, Penafiel, Sta. Maria da Feira, São João da Madeira, Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Viseu, Lisboa, Almada, Évora, Beja, Faro, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada), envolvendo cerca de 450 docentes desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário, tanto do Ensino Público como do Particular e Cooperativo.

Estas ações de formação designadas “Educação Inclusiva – uma reflexão participada” tinham como objetivos: refletir sobre a atual situação da Educação Inclusiva na Escola Pública em Portugal; reconhecer a importância e os aspetos positivos mútuos da inclusão dos alunos com NEE em turmas do ensino regular; proceder a uma análise crítica da atual legislação sobre a matéria e apresentar propostas de alteração da legislação no sentido de uma efetiva e real Escola / Educação Inclusiva.

A metodologia utilizada foi a de análise (individual), reflexão (pequeno grupo) e debate (grande grupo) de situações concretas que surgiram durante a ação de formação levantadas pelos formadores e pelos formandos.

O Encontro “A inclusão na escola e os olhares da comunidade”, realizado no dia 10 de Maio, no Seixal, bem como os realizados na Ilha Terceira e na de S. Miguel, nos Açores, foram parte integrante da ação de formação, tendo a participação dos formandos.

Para a realização destas ações a FENPROF e a CNOD contaram com o apoio de formadores acreditados pelo Conselho Científico Pedagógico da Formação Contínua de Professores: Amélia Teixeira, Ana Simões, Joaquim Colôa, Maria de Lurdes Santos e Vítor Gomes.



## ENCONTRO NA TERCEIRA

### SPRA promoveu Encontro sobre Educação Inclusiva

O Sindicato dos Professores da Região Açores, em colaboração com a CNOD e a FENPROF, promoveu no dia 31 de maio, no Centro Cultural de Angra do Heroísmo, um Encontro Regional sobre Educação Inclusiva.

Este Encontro, que contou com a presença do Secretário-geral da FENPROF, Mário Nogueira, e com a da Diretora Regional da Educação, Graça Teixeira, que encerraram a sessão, foi constituído por 2 painéis temáticos:

- “A Inclusão na Escola” - reflexões sobre a problemática da Escola Inclusiva
- “Olhares da Comunidade” - apresentação de projetos da escola e da comunidade que visam a inclusão dos jovens com Necessidades Educativas Especiais na Escola

Na parte da manhã, e após abertura com saudação do presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Álamo de Meneses, e da intervenção de Ana Simões, coordenadora da Educação Especial da FENPROF, e do Presidente do SPRA, António Lucas, deu-se lugar aos diversos especialistas académicos, Pedro González, professor da Universidade dos Açores, que apresentou uma comunicação subordinada ao tema: “Educação Inclusiva: Sonho da democracia? Pesadelo pedagógico?”; Sónia Sousa, docente de Educação Especial da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba, que nos trouxe uma reflexão sobre “A afetividade do educador na promoção de atitudes de inclusão no contexto da educação pré-escolar”; Lucília Ávila e Paula Rodrigues, docentes de Educação Especial da EBI da Praia da Vitória, que se debruçaram sobre “Adequações Curriculares e Currículos Específicos Individuais”, e Francisco Simões, psicólogo e Investigador do CIS-ISCTE, que apresentou o tema “A relação pedagógica como força motriz da educação inclusiva”.

Da parte da tarde, foi a vez de serem apresentados alguns dos projetos desenvolvidos pelas escolas e por entidades e organismos que apostam em atividades em prol de uma educação inclusiva.

Da Ilha do Faial, veio João Duarte, Técnico Superior de Educação Especial e Reabilitação da APADIF, que apresentou o tema “Vela Para Todos - Faial Sem Limites” - Contributo para a Inclusão; da ACM da Ilha Terceira, a Técnica Superior de Reabilitação e Inserção Social, Michelle Reys, apresentou as atividades

realizadas por aquela instituição, apresentando uma comunicação sob o tema: “E depois da idade escolar?”, relativa ao Fórum Sócio Ocupacional, dinamizado pela ACM.

O testemunho de um pai, José Armando Barcelos, foi deveras importante para se sentir e compreender o que sente um pai que tem um filho que apresenta uma problemática de Autismo e como lida com a escola inclusiva. Por fim, foi a vez de Sónia Santos, docente da Educação Especial da EBS Tomás de Borba, que apresentou o projeto de equitação como forma de inclusão: “A Galope na Inclusão”, um projeto de equitação terapêutica e adaptada, realizado com alunos com várias problemáticas cognitivas.

Foi um Encontro no qual foram analisadas e discutidas, por parte de todos os presentes, algumas das questões subjacentes à Educação Inclusiva, concluindo-se que só com uma verdadeira escola inclusiva se podem promover e efetivar os valores de uma sociedade desenvolvida.



## ENCONTRO EM S. MIGUEL

No dia 16 de junho de 2014, decorreu, em Ponta Delgada, um Encontro sobre Educação Inclusiva, que surgiu por ação do Sindicato dos Professores da Região Açores - SPRA-, em colaboração com a FENPROF e com a Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes – CNOD. Estas Instituições envolveram-se na grande iniciativa que foi a Semana Global pela Educação, a qual decorreu à escala mundial, entre 4 e 10 de maio, e que, este ano, elegeu como lema a Educação Inclusiva.

A comunicação de fundo deste encontro foi apresentada pelo Prof. Doutor José Morgado, Professor no Departamento de Psicologia da Educação do Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA), intitulada “A Educação Inclusiva: os desafios de uma escola de qualidade para todos”.

Contou ainda com a apresentação dos Professores de Educação Especial, Conceição Fernandes, Margarida Faria e Mário Jorge Medeiros. Estes partilharam as práticas educativas que desenvolvem com alunos portadores de paralisia cerebral, défice cognitivo e deficiência auditiva, nas escolas onde lecionam. Houve ainda a intervenção da terapeuta da fala Raquel Gamboa, com a apresentação de um trabalho em que salientou o enquadramento teórico das problemáticas da comunicação, em alunos com Necessidades Educativas Especiais.

Foi igualmente importante o testemunho de uma mãe, que partilhou o sentir de quem tem um filho diferente, bem como as respostas educativas que o sistema de ensino oferece para que essa “diferença” deixe de fazer “diferença”.

O encerramento deste Encontro contou com a presença do Secretário-Geral da FENPROF, Mário Nogueira, do Presidente da Câmara de Ponta Delgada e da Educadora Especializada Maria de Lurdes Santos, dirigente do Sindicato dos Professores da Região Centro, membro do Conselho Nacional da FENPROF.

Este foi um Encontro que possibilitou uma reflexão sobre a Educação Inclusiva, que só é possível se aceitarmos que “a diferença não é necessariamente impeditiva de aprendizagens e que todos aprendemos uns com os outros”.



## SOBRE O PROJETO

A Inclusão constrói-se...  
... a responsabilidade é de todos!

A Declaração Universal dos Direitos do Homem afirma que "...o direito à Educação de todos os indivíduos..." é um direito universal e que todos os seres humanos, independentemente da sua condição física, psíquica, económica ou social têm direito à Educação.

"As escolas regulares...são meios...para combater as atitudes discriminatórias, para criar comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a Educação para Todos..."

"...princípio fundamental das escolas inclusivas... todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e diferenças que apresentem..."

"...pedagogia inclusiva é a melhor forma de promover a solidariedade entre os alunos..."

(Declaração de Princípios de Salamanca, 1994)

Todas as crianças e jovens têm direito a frequentar a escola que os seus irmãos e amigos frequentam. As crianças e jovens com deficiência têm o direito à Educação como qualquer outra criança e jovem. O direito a uma Educação de qualidade junto dos seus pares.

O facto de aprenderem juntos na mesma sala, na mesma turma, não é prejudicial para ninguém – crianças e jovens com e sem deficiência – pelo contrário. Todos os seres humanos têm capacidades e devem ser considerados como uma mais-valia para todo o grupo/sociedade.

Os pais e as famílias são elementos chave no desenvolvimento integral de todas as crianças. Os pais são quem melhor conhece a criança. A família é o primeiro contexto social da vida da criança e seu educador ao longo de toda a vida. A família e a escola são dois contextos sociais diferentes, mas ambos contribuem para a educação da mesma criança. Têm conhecimentos diferentes da criança, mas é da mesma criança e só o trabalho em equipa, em cooperação, em parceria, é que poderá funcionar.

Os docentes também têm um papel fundamental no respeito por estes cidadãos. As suas atitudes serão imitadas pelas crianças, logo são um meio para transmitir os valores promovendo a inclusão dentro e fora da escola.

O desenvolvimento humano constrói-se em relação com o meio e com os outros. O indivíduo influencia mas também é influenciado. Pretende-se uma sociedade participada por todos, porque cada um tem

algo de útil para o desenvolvimento da Humanidade, potenciando a participação dos mais diferentes grupos e/ou indivíduos. As várias diferenças conjugam-se para o mesmo fim: a construção de uma sociedade inclusiva sem preconceitos onde todos têm direito à sua individualidade.

Com o tempo, a sociedade demonstra que vai mudando de atitude e comportamento em relação às pessoas com deficiência. No tempo dos nossos antepassados estas crianças (as que sobreviviam) não eram vistas nas ruas, eram fechadas em casa ou em instituições.

A sociedade, hoje em dia, apesar de ainda alguns virarem a cara quando uma criança com deficiência passa por eles na rua, a grande maioria já está sensibilizada para exigir os mesmos direitos para todos os cidadãos.

Cada vez mais, precisamos da compreensão e apoio da sociedade porque só assim é que podemos dizer que caminhamos para uma sociedade inclusiva em que TODOS somos iguais e temos as mesmas oportunidades e os mesmos direitos.

A criança, hoje, tem os pais e a família, mas amanhã poderá ficar sozinha e a sociedade deverá estar cada vez mais preparada para aceitar e respeitar a pessoa com deficiência como membro ativo.

A Educação é um direito constitucionalmente consagrado para todos os cidadãos (artº 73º e 74º Constituição da República Portuguesa).

Nos últimos anos o Estado, por decisão política de sucessivos governos e ação de equipas ministeriais da Educação, tem implementado medidas educativas negativas e de desinvestimento, desresponsabilizando-se da sua obrigação.

Projetos como o que a FENPROF e a CNOD têm vindo a desenvolver são mais um contributo para a denúncia das consequências gravosas a médio e longo prazo para os alunos com deficiência e para toda a sociedade.

Compete-nos a todos (cada um no seu papel de cidadão: alunos, pais, docentes, familiares, amigos, ...) responsabilizar politicamente o Estado pelo retrocesso que vivemos hoje na área da Educação e mais concretamente na área da Educação Especial, competindo-nos, essencialmente, apresentar propostas que permitam reverter este caminho.

Em pleno século XXI a realidade das escolas e da sociedade em geral em relação à inclusão de todos os cidadãos já deveria estar mais avançada...

Todos somos responsáveis! Todos temos que agir em defesa de uma escola/sociedade cada vez mais inclusiva de TODOS e para TODOS!



PROJETO EM PARCERIA CNOD (Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes)/ FENPROF

CO-FINANCIADO PELO INR (Instituto Nacional para a Reabilitação)

SEMANA DE AÇÃO GLOBAL PELA EDUCAÇÃO 2014  
4 A 10 DE MAIO

# deficiências e equidade

**5 MAIO - SEGUNDA-FEIRA**

DISTRIBUIÇÃO, À POPULAÇÃO, DE INFORMAÇÃO SOBRE "DEFICIÊNCIA E EDUCAÇÃO", EM INICIATIVAS DE RUA A DESENVOLVER EM TODO O PAÍS (CONTINENTE E REGIÕES AUTÓNOMAS);

**QUARTA-FEIRA**

DE UM DEBATE SOBRE "DEFICIÊNCIA E EDUCAÇÃO" COM A PRESENÇA DE DEPUTADOS DA COMISSÃO DE CULTURA, CIÊNCIA E EDUCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA DA REPÚBLICA, EM

**SÁBADO**

DE UM ENCONTRO SOBRE "DEFICIÊNCIA E EDUCAÇÃO" NO FORUM CULTURAL

